

**Aprovo.**

**Rui Francisco**

**Comodoro**

**Secretário-Geral Adjunto do Ministério da  
Defesa Nacional**

**SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**

**Procedimento N.º 65/AP-UMC/2023**

**Aquisição de Serviços de Suporte e Manutenção da Infraestrutura DMZ e  
Backups do Centro de Dados da Defesa (CDD)**

**CADERNO DE ENCARGOS**



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**DEFESA NACIONAL**



## ÍNDICE

PARTE I .....	4
CLÁUSULAS JURÍDICAS .....	4
CAPÍTULO I.....	4
Disposições gerais .....	4
1.ª Cláusula .....	4
Objeto.....	4
2.ª Cláusula .....	4
Local de prestação dos serviços .....	4
3.ª Cláusula .....	5
Forma e documentos contratuais .....	5
4.ª Cláusula .....	5
Prazo .....	5
CAPÍTULO II.....	6
Obrigações contratuais.....	6
SECÇÃO I .....	6
Obrigações do adjudicatário.....	6
5.ª Cláusula .....	6
Obrigações principais do adjudicatário .....	6
6.ª Cláusula .....	7
Meios Humanos, Equipamentos e Meios Materiais.....	7
7.ª Cláusula .....	7
Proteção de dados pessoais .....	7
8.ª Cláusula .....	7
Dever de sigilo .....	7
9.ª Cláusula .....	8
Interlocutor .....	8
10.ª Cláusula .....	8
Consórcio.....	8
SECÇÃO II .....	9



Obrigações da SGMDN .....	9
11.ª Cláusula .....	9
Gestor do contrato .....	9
12.ª Cláusula .....	9
Preço contratual .....	9
13.ª Cláusula .....	9
Preço base .....	9
14.ª Cláusula .....	10
Condições de pagamento .....	10
15.ª Cláusula .....	10
Revisão de preços .....	10
CAPÍTULO III .....	11
Penalidades e Resolução .....	11
16.ª Cláusula .....	11
Força maior .....	11
17.ª Cláusula .....	11
Sanção por incumprimento .....	11
18.ª Cláusula .....	12
Resolução por parte da SGMDN .....	12
19.ª Cláusula .....	12
Resolução por parte do prestador de serviços .....	12
20.ª Cláusula .....	13
CAPÍTULO IV .....	13
Caução e Seguros .....	13
21.ª Cláusula .....	13
Seguros .....	13
22.ª Cláusula .....	14
Caução .....	14
CAPÍTULO V .....	15
Disposições finais .....	15
23.ª Cláusula .....	15
Comunicações e notificações .....	15



24.ª Cláusula .....	15
Transição dos serviços objeto do contrato.....	15
25.ª Cláusula .....	16
Contagem dos prazos .....	16
26.ª Cláusula .....	16
27.ª Cláusula .....	16
Foro competente .....	16
28.ª Cláusula .....	16
Legislação aplicável .....	16
PARTE II .....	17
CLÁUSULAS TÉCNICAS .....	17
SECÇÃO I .....	17
29.ª Cláusula .....	17
Requisitos Gerais .....	17
30.ª Cláusula .....	18
Requisitos de Sustentabilidade .....	18
26.ª Cláusula .....	19
Anexos .....	19
ANEXO A (Lote 1) – Listagem dos Equipamentos HPE Existentes no <i>Data Center</i> da Defesa .....	20
ANEXO B (Lote 2) – Listagem do <i>Software Backups</i> Existente no Data Center da Defesa .....	21
ANEXO C – Relatório Mensal de Serviços Prestados .....	22



## PARTE I

### CLÁUSULAS JURÍDICAS

#### CAPÍTULO I

##### Disposições gerais

##### 1.ª Cláusula

###### Objeto

1. A Direção de Serviços do Centro de Dados da Defesa (DSCDD), unidade orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN), constitui-se como unidade prestadora de serviços comuns e partilhados de Tecnologias de Informação (TI) do Ministério da Defesa Nacional (MDN).
2. NA SGMDN está alojado o Centro de Dados da Defesa que armazena e processa informação digital dos Ramos e MDN, nomeadamente, o Sistema Integrado de Gestão (SIG), aplicações legadas da Marinha e do Exército e diversos serviços corporativos que são explorados, transversalmente, por todas as entidades do MDN.
3. Uma vez que a operacionalidade do *hardware* e *software* existente no Centro de Dados da Defesa, é crítico para garantir os serviços prestados ao universo do Ministério da Defesa Nacional, é necessário contratar a manutenção adequada, para os sistemas da DMZ e para os sistemas de Backups, que garanta uma elevada disponibilidade dos serviços prestados pela SGMDN.
4. O procedimento é realizado por lotes, a saber:
  - a) Lote 1 - Manutenção de equipamento HPE;
  - b) Lote 2 - Manutenção de *Software de Backups*.

##### 2.ª Cláusula

###### Local de prestação dos serviços

A execução dos serviços deverá ter lugar nas instalações da Direção de Serviços do Centro de Dados da Defesa da SGMDN, na Avenida Dr. Alfredo Bensaúde, em Lisboa, ou em outro local a identificar pela SGMDN, na área metropolitana de Lisboa.



### **3.ª Cláusula**

#### **Forma e documentos contratuais**

1. O contrato será reduzido a escrito, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP, sendo composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
  - Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
  - O presente caderno de encargos;
  - A proposta adjudicada;
  - Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **4.ª Cláusula**

#### **Prazo**

A duração do objeto do presente procedimento vigorará pelo prazo de 1 ano, com início na data de assinatura do contrato, sem prejuízo de obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



## CAPÍTULO II

### Obrigações contratuais

#### SECÇÃO I

#### Obrigações do adjudicatário

##### 5.ª Cláusula

##### Obrigações principais do adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente e pontualmente o que consta do presente Caderno de Encargos, devendo as ações previstas ser executadas de acordo com o estabelecido no mesmo, de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
2. O adjudicatário obriga-se a prestar os Serviços de Suporte e Manutenção de *Hardware* e *Software* do Centro de Dados da Defesa conforme os requisitos técnicos e funcionais e os níveis de serviço definidos no presente Caderno de Encargos;
3. Comunicar antecipadamente à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos Serviços de Suporte e Manutenção de *Hardware* e *Software* do Centro de Dados da Defesa ou o incumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
4. Não alterar os Serviços de Suporte e Manutenção de *Hardware* e *Software* do Centro de Dados da Defesa fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
5. Garantir a implementação da solução técnica e funcional constante da proposta;
6. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que os Serviços de Suporte e Manutenção de *Hardware* e *Software* do Centro de Dados da Defesa são prestados e ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
7. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.



## **6.ª Cláusula**

### **Meios Humanos, Equipamentos e Meios Materiais**

1. O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos, equipamentos e meios materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato.
2. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal por si utilizado na execução dos trabalhos, à sua aptidão profissional, à disciplina, à sua conduta, ao seu comportamento moral e à sua responsabilidade civil.
3. O adjudicatário deve possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
4. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

## **7.ª Cláusula**

### **Proteção de dados pessoais**

No âmbito da prestação de serviços, na medida em que tenha acesso a dados pessoais da responsabilidade das entidades abrangidas pela prestação de serviços, o adjudicatário e respetivos empregados ou colaboradores, independentemente do vínculo contratual que possuam com o mesmo, comprometem-se a cumprir todas as disposições legais vigentes em matéria de proteção de dados pessoais e a responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e prejuízos decorrentes do incumprimento das obrigações de confidencialidade e proteção de dados pessoais.

## **8.ª Cláusula**

### **Dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação que lhe seja fornecida ou a que tenha acesso, relativa à execução do contrato ou em conexão com o mesmo, perdurando o dever de sigilo após a cessação do contrato seja qual for a causa desta.





2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

#### **9.ª Cláusula**

##### **Interlocutor**

O principal interlocutor por parte do adjudicatário junto da SGMDN é o Gestor do Projeto, que coordenará a equipa técnica a afetar à prestação de serviços.

#### **10.ª Cláusula**

##### **Consórcio**

1. Caso aplicável, o agrupamento adjudicatário associar-se-á na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da celebração do contrato.
2. No contrato de consórcio externo um dos membros do consórcio será designado como chefe do consórcio, devendo-lhe ser conferido pelos demais membros, no mesmo ato, mediante procuração, os poderes de representação a que se referem as alíneas a), b), c) e d), do n.º 1 do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, indicando que será o único interlocutor responsável perante a entidade adjudicante nomeadamente para representação do consórcio.
3. No contrato de consórcio externo ficará expressamente estipulado que a entidade da qual o chefe do consórcio é representante legal será a única responsável por proceder à emissão de todas as faturas.
4. Qualquer alteração ao contrato de consórcio deve ser previamente comunicada à SGMDN para efeitos de aprovação.



## SECÇÃO II

### Obrigações da SGMDN

#### 11.ª Cláusula

##### Gestor do contrato

Nos termos do artigo 290º-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato, nomeado pela entidade adjudicante, que terá as seguintes funções:

- a. Acompanhar a execução do contrato em permanência, e
- b. Assegurar o acompanhamento contínuo da qualidade do serviço.

#### 12.ª Cláusula

##### Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a SGMDN deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos para os locais previstos na cláusula 2.ª do presente caderno de encargos.

#### 13.ª Cláusula

##### Preço base

1. O preço base global do presente procedimento é de 35 000,00 € (trinta e cinco mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, parcelado do seguinte modo:
  - a) Lote 1 - 20 000,00 €
  - b) Lote 2 - 15 000,00 €
2. A fixação do preço base foi fundamentada com base em critérios objetivos, tendo em consideração a profunda experiência e conhecimento do mercado relativamente a contratos similares com o MDN, e também do conhecimento do mesmo tipo de contratos para plataformas idênticas à do MDN, ao longo dos últimos anos e utilizando



como referência os preços atualizados do mercado, obtidos na sequência de consultas preliminares directamente aos fabricantes envolvidos ou seus representantes, uma por cada um dos lotes.

#### **14.ª Cláusula**

##### **Condições de pagamento**

1. O pagamento dos serviços objeto do presente procedimento é efetuado mensalmente.
2. As faturas deverão ser processadas e emitidas pelo adjudicatário, com todos os elementos justificativos do total apresentado.
3. A emissão da referida fatura deverá ser processada após a aceitação dos trabalhos pela entidade adjudicante, com todos os elementos justificativos do total apresentado, nomeadamente os recursos envolvidos, as horas, e os relatórios de serviço por cada intervenção efetuada.
4. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou o Caderno de Encargos.
5. Na situação indicada no número anterior, a entidade adjudicante comunicará à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. O atraso em um ou mais pagamentos não determina em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
7. Não são admitidos adiantamentos de preços por conta de prestações a realizar.

#### **15.ª Cláusula**

##### **Revisão de preços**

De acordo com o artigo 300.º do CCP, não haverá lugar à revisão de preços durante a vigência do contrato.



### **CAPÍTULO III**

#### **Penalidades e Resolução**

##### **16.ª Cláusula**

###### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, devendo o prestador de serviços informar, ainda, da duração previsível do incumprimento.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

##### **17.ª Cláusula**

###### **Sanção por incumprimento**

1. O incumprimento dos níveis de serviço e condições do fornecimento previstas, por razões imputáveis ao fornecedor, confere à entidade adjudicante o direito a ser indemnizada através da aplicação de uma sanção pecuniária, nos termos dos números seguintes.
2. Pelo incumprimento das condições do fornecimento, ou dos “níveis de Serviço Mínimo Requerido” definidos no presente caderno de encargos, nomeadamente nas 29.ª e 30.ª cláusulas, aplicar-se-á o correspondente a 1% (um por cento) por cada dia de atraso, não podendo, no total, exceder 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
4. Ao valor da pena pecuniária prevista nos números anteriores são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços



cujo incumprimento ou cumprimento defeituoso tenha determinado a resolução do contrato.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.
8. Na aplicação das sanções contratuais observar-se-á o disposto no artigo 329.º do CCP.

#### **18.ª Cláusula**

##### **Resolução por parte da SGMDN**

1. O incumprimento dos deveres resultantes do contrato ou a prossecução deficiente do seu objeto por parte do adjudicatário constituirá fundamento de resolução imediata por parte da entidade adjudicante, sem que o adjudicatário tenha direito a qualquer indemnização.
2. O exercício do direito de resolução não prejudica o dever de indemnizar a entidade adjudicante pelos eventuais prejuízos resultantes das situações previstas no número anterior.
3. A resolução do contrato é notificada por correio registado e com aviso de receção, produzindo efeitos a partir da data da respetiva notificação.
4. A cessação dos efeitos do contrato não prejudicará a verificação de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação objeto do presente procedimento.
5. Em caso de resolução ou suspensão do contrato, por qualquer título, o adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva da entidade adjudicante.

#### **19.ª Cláusula**

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º do CCP.



## **20.ª Cláusula**

### **Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

1. O adjudicatário não pode subcontratar, nem ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
  - a) Ser apresentada pelo eventual cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário, nos termos do Caderno de Encargos;
  - b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o eventual cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
  - c) Terá, ainda, que ser assegurada a inalterabilidade da equipa só podendo haver qualquer substituição se for assegurada a mesma qualificação e experiência constante da proposta adjudicada e sempre precedendo a autorização da entidade adjudicante.

## **CAPÍTULO IV**

### **Caução e Seguros**

## **21.ª Cláusula**

### **Seguros**

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro de todos os riscos que possam inviabilizar ou prejudicar a prestação do serviço objeto do presente contrato.
2. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura através de contratos de seguro dos seguintes riscos:
  - a) Acidente em serviço para os recursos humanos envolvidos na prestação de serviços, independentemente do vínculo jurídico que com eles tenha, nos termos da lei em vigor;
  - b) Responsabilidade civil;



- c) De um modo geral os seguros que, nas circunstâncias da prestação do objeto do presente contrato, sejam obrigatórios por lei.
3. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo máximo de dez dias.

## **22.ª Cláusula**

### **Caução**

Não será exigida a prestação de caução, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.



## **CAPÍTULO V**

### **Disposições finais**

#### **23.ª Cláusula**

##### **Comunicações e notificações**

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações entre a entidade adjudicante e o adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico.
2. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede da entidade adjudicante, sita na Av. Ilha da Madeira, n.º 1, 3.º piso, 1400-204 Lisboa.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
4. As faturas deverão ser enviadas através do Portal da Fatura Eletrónica na Administração Pública, ou em formato digital para o endereço [secretaria.geral@defesa.pt](mailto:secretaria.geral@defesa.pt).
5. Em alternativa ao envio em formato digital, e desde que legalmente admissível, as faturas poderão ser remetidas para a Secretaria-Geral do MDN, por escrito e enviadas através de correio registado para a morada da sede da entidade adjudicante, referida no ponto 2.

#### **24.ª Cláusula**

##### **Transição dos serviços objeto do contrato**

Em caso de extinção do contrato a celebrar por via do presente procedimento, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto dos contratos para terceiros, designados pela entidade adjudicante, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços sem perturbação, e que a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.





## **25.ª Cláusula**

### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

## **26.ª Cláusula**

### **Regime Contraordenacional**

Para além das sanções por incumprimento previstas no artigo 14.º do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no artigo 456.º, contraordenações graves as previstas no artigo 457.º e contraordenações simples as previstas no artigo 458º, do CCP.

## **27.ª Cláusula**

### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **28.ª Cláusula**

### **Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a sua redação atual, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.



## PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS

### SECÇÃO I

#### 29.ª Cláusula

##### Requisitos Gerais

- [rGer-01] O fornecedor deve assegurar a prestação de manutenção e suporte técnico:
- Lote 1** - com um nível de serviço com cobertura para hardware HPE, de acordo com a lista equipamentos descritos do **ANEXO A**, tendo como referência os níveis de serviço mínimos requeridos pela entidade adjudicante, discriminados na coluna “*Nível de Serviço Mínimo Requerido*” da tabela do mesmo anexo.
  - Lote 2** - com um nível de serviço com cobertura para *software Data Protector*, de acordo com a lista de software e níveis de serviço do **ANEXO B**, tendo como referência os níveis de serviço mínimos requeridos pela entidade adjudicante, discriminados na coluna “*Nível de Serviço Mínimo Requerido*” da tabela do mesmo anexo.
- [rGer-02] O fornecedor deve proporcionar, a mão-de-obra, peças de substituição e materiais que sejam necessários para a reparação das anomalias nos equipamentos.
- [rGer-03] O fornecedor deve instalar as melhorias tecnológicas apropriadas aos sistemas, assegurando o máximo rendimento e mantendo a compatibilidade com as peças de substituição de *hardware* fornecidos.
- [rGer-04] A substituição de *hardware* que seja *pluggable*, como por exemplo as fontes de alimentação, poderá ser efetuada por técnicos da DSCDD.
- [rGer-05] As intervenções nos equipamentos serão sempre realizadas no *Centro de Dados* da Defesa.
- [rGer-06] O fornecedor deve prestar o serviço ininterruptamente, desde o momento que o seu técnico chegue ao *Centro de Dados* da Defesa até que restabeleça o funcionamento do equipamento ou enquanto se consiga avançar razoavelmente na resolução da incidência. Podendo o trabalho ser temporariamente suspenso, caso sejam necessárias peças ou recursos adicionais, sendo reiniciado assim que estes estejam disponíveis.
- [rGer-07] Os pedidos manter-se-ão em aberto até que a DSCDD os dê como terminados,



no entanto, nenhum incidente poderá estar mais do que 30 dias em aberto.

- [rGer-08] O fornecedor, no âmbito do *software*, deve garantir as ações corretivas; ações de atualização ou de evolução das versões instaladas; ficando o fornecedor, em quaisquer dos casos, com a responsabilidade de fornecer os programas, binários de atualizações, *patches* ou fixes, etc., proprietários do fabricante, necessários para a execução das ações de manutenção.
- [rGer-09] Poderá, em caso de necessidade, ser proposto para aprovação à DSCDD a alteração de qualquer equipamento ou software por um equivalente.

### 30.ª Cláusula

#### Requisitos de Sustentabilidade

- [rSus-01] O fornecedor tem a obrigação de elaboração de relatórios, de acordo com o modelo apresentado no **ANEXO C**, com uma periodicidade mensal, da manutenção técnica prestada nesse período.
- [rSus-02] Estes relatórios deverão discriminar as ações de manutenção e suporte desenvolvidas durante o período em consideração, indicando as que foram executadas, executadas com deficiência ou não executadas.
- [rSus-03] O fornecedor deverá facultar à DSCDD todos os meios necessários à verificação e eficácia dos serviços prestados.
- [rSus-04] A lista de equipamentos e *software* poderá ser objeto de alteração, sempre com acordo entre as partes.



## **26.<sup>a</sup> Cláusula**

### **Anexos**



**ANEXO A (Lote 1) - Listagem dos Equipamentos HPE Existentes no *Data Center*  
da Defesa**

Equipamento	SN	Nível de Serviço Mínimo Requerido
HP BLc7000 CTO 3 IN LCD ROHS Encl	GB8031363C	SW: 9x5 / 2h
HP BL685c G6 CTO Blade	GB8031362W	SW: 9x5 / 2h
HP BL685c G6 CTO Blade	GB8031362T	SW: 9x5 / 2h
HP BL685c G6 CTO Blade	GB8031362V	SW: 9x5 / 2h
HP BL460c Gen8 10/20Gb FLB CTO Blade	CZJ4040J9C	SW: 9x5 / 2h
HP BL460c Gen8 10/20Gb FLB CTO Blade	CZJ4040J9D	SW: 9x5 / 2h
HP DL360R05 E5420 2G EU Svr	CZJ903A238	SW: 9x5 / 2h
HP DL180 G6 SFF CTO Server	CZ3222KS8D	SW: 9x5 / 2h
HP 8/8 (8)-ports Enabled SAN Switch	ALJ2546G01A	SW: 9x5 / 2h
HP 8/8 (8)-ports Enabled SAN Switch	ALJ1903F21Z	SW: 9x5 / 2h
HP ML350pR08 LFF CTO Server	652064-B21	SW: 9x5 / 2h
HP MSL4048 0-Drive Tape Library	AK381A	SW: 9x5 / 2h
HP iLO Adv incl 1yr TS U E-LTU	E6U59ABE	SW: 9x5 / 2h
HPE StoreOnce VSA 4TB Base E-LTU	BC002AAE	SW: 9x5 / 2h
HPE StoreOnce VSA Stackable 1TB E-LTU	BC003AAE	SW: 9x5 / 2h



**ANEXO B (Lote 2) - Listagem do *Software Backups* Existente no Data Center da  
Defesa**

Software	Part Number	Nível de Serviço Mínimo Requerido
Data Protector Advanced Backup to Disk 1TB SW E-LTU-	SP-AK979	SW: 9x5 / 2h
Data Protector Advanced Backup to Disk 10TB SW E-LTU	SP-AK978	SW: 9x5 / 2h
Data Protector Drive Extension UNIX/NAS/SAN SW E-LTU	SP-AK986	SW: 9x5 / 2h
Data Protector Starter Pack Windows SW E-LTU	SP-AL038	SW: 9x5 / 2h
Quote Q-417042	MFC80009709	SW: 9x5 / 2h

**ANEXO C - Relatório Mensal de Serviços Prestados**

Mês: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

<b>Data e hora da apresentação do Pedido (dd- mm-aaaa hh:mm:ss)</b>	<b>Nr Pedido de Intervenção</b>	<b>SN</b>	<b>Descrição da Intervenção</b>	<b>Tempo de resposta (hh:mm)</b>	<b>Tempo de reparação (hh:mm)</b>	<b>Cumpriu o nível de serviço (sim/não)</b>	<b>Obs.</b>